

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

PROCESSO Nº 102/2026

A/C – ILMO. SR. PREGOEIRO DESIGNADO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO PLANALTO MÉDIO – CIPLAM/RS

IMPUGNANTE: MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.470.877/0001-05, com sede na Rua Itacolomi, 365 - La Salle, Pato Branco - PR, 85.505-050.

A MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 003/2026, promovido pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO PLANALTO MÉDIO – CIPLAM**, vem, respeitosamente, representada por seu Advogado ao final subscrito, apresentar a presente:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face do item 11.3.3.II do Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

1. INTRODUÇÃO

O CIPLAM publicou o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual aquisição de medicamentos para uso humano, destinados aos municípios consorciados.



O certame está designado para o dia 08/06/2026, às 08h00min, pelo critério de julgamento de menor preço por item, sendo que o prazo final para impugnações e esclarecimentos se encerra em 03/06/2026, às 23h59min.

A presente impugnação se volta especificamente contra o item 11.3.3.II do Edital, que prevê:

“Deverá a licitante comprovar capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do § 4º do Art. 69 da Lei 14.133/2021.”

A Impugnante não questiona, em tese, a possibilidade jurídica de exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo em compras para entrega futura, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

O que se impugna é a ausência de delimitação expressa quanto à base de cálculo da exigência, pois, tratando-se de licitação por item, em sistema de registro de preços, não é juridicamente adequado exigir que uma licitante comprove capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo calculado sobre o valor global de todo o certame, quando ela poderá disputar ou vencer apenas parte mínima do objeto.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA

O Edital estabelece que o Pregão Eletrônico nº 003/2026 será realizado pelo critério de menor preço por item, para formação de ata de registro de preços destinada à eventual aquisição de medicamentos.

O próprio instrumento convocatório deixa claro que o CIPLAM não está obrigado a contratar o objeto da licitação, tampouco a adquirir as quantidades indicadas, sendo as quantidades constantes do Anexo I meramente estimativas de consumo anual.

Além disso, a relação obrigacional decorrente do certame será formada entre o licitante vencedor identificado na Ata de Registro de Preços e o CIPLAM, mediante

futuras ordens de fornecimento, com indicação do empenho relativo ao município que receberá os medicamentos.

Portanto, não se trata de contratação global, única e indivisível, em que uma mesma empresa assumirá necessariamente o fornecimento integral de todos os itens estimados no valor total de R\$ 253.949.069,75.

Ao contrário, a modelagem adotada pelo próprio CIPLAM é fracionada, itemizada e eventual, permitindo que diferentes licitantes sejam vencedoras de diferentes itens, cada qual assumindo obrigações proporcionais aos itens efetivamente vencidos e futuramente demandados.

Nesse contexto, a redação do item 11.3.3.II, ao mencionar genericamente “10% do valor estimado da contratação”, sem esclarecer se tal valor corresponde ao valor global do certame ou apenas ao valor dos itens/lotos efetivamente disputados e vencidos pela licitante, gera insegurança jurídica e potencial restrição indevida à competitividade.

A situação é especialmente sensível porque o valor global estimado do procedimento é extremamente elevado: R\$ 253.949.069,75. A aplicação de 10% sobre esse montante resultaria em exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de aproximadamente R\$ 25.394.906,98.

Tal exigência, se aplicada indistintamente a toda e qualquer licitante vencedora, inclusive àquela que eventualmente participe de poucos itens ou vença itens de reduzido valor, se tornaria incompatível com a proporcionalidade exigida pela Lei nº 14.133/2021.

A título ilustrativo, se uma empresa disputar e vencer apenas itens cujo valor estimado seja significativamente inferior ao valor global do certame, não há razoabilidade em exigir demonstração econômico-financeira equivalente a 10% de toda a licitação, pois a obrigação contratual assumida por essa empresa não corresponderá à totalidade do objeto licitado.



A Impugnante, inclusive, já formulou pedido de esclarecimento acerca da correta forma de aplicação da cláusula, justamente para confirmar que a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo será aferida de maneira proporcional aos itens cotados ou vencidos pela licitante, e não sobre o valor global total estimado da licitação.

Todavia, diante do risco de manutenção de interpretação restritiva, a presente impugnação se mostra necessária para que o Edital seja expressamente corrigido ou, ao menos, para que a resposta administrativa tenha efeito vinculante sobre a interpretação da cláusula.

3. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

3.1. Da tempestividade e cabimento da impugnação

Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 dias úteis antes da data de abertura do certame.

O item 6.1 do Edital também prevê que as impugnações ao ato convocatório serão recebidas até 3 dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Considerando que a sessão pública está designada para 08/06/2026, e que o prazo limite indicado para impugnações é 03/06/2026, às 23h59min, a presente impugnação é tempestiva e deve ser conhecida.

3.2. Da possibilidade de exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, desde que observada a proporcionalidade

O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 disciplina a habilitação econômico-financeira, estabelecendo que ela visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada



de forma objetiva e mediante exigências devidamente justificadas no processo licitatório.

O §4º do referido artigo prevê que:

“A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.”

A norma, portanto, confere uma faculdade à Administração, mas não autoriza a criação de exigência desproporcional, dissociada da obrigação efetivamente assumida pelo licitante.

O ponto central é que o dispositivo legal se refere ao valor estimado da contratação, e não ao valor global de todo o procedimento licitatório quando o certame é estruturado por itens independentes e adjudicáveis separadamente. Em licitação por item, a “contratação” de cada licitante corresponde ao item ou ao conjunto de itens que ela efetivamente vencer, e não à integralidade abstrata do certame.

Essa interpretação é a única compatível com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, economicidade, eficiência, igualdade e seleção da proposta mais vantajosa.

3.3. Da incompatibilidade entre a exigência global e o critério de julgamento por item

O Edital adotou expressamente o critério de julgamento de menor preço por item. Isso significa que cada item possui autonomia competitiva, podendo haver vencedores distintos para diferentes medicamentos.



Nessa modelagem, não há uma única contratação global. Há, na prática, diversas potenciais contratações individualizadas, vinculadas aos itens vencidos e às futuras ordens de fornecimento.

Assim, se a Administração optou por dividir o objeto em itens, deve também compatibilizar os requisitos de habilitação econômico-financeira com essa divisão.

A exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo calculada sobre o valor global do certame produziria efeito contraditório: embora o objeto tenha sido parcelado para permitir ampla participação e obtenção de melhores preços, a habilitação econômico-financeira passaria a funcionar como barreira global, afastando empresas plenamente aptas a fornecer determinados itens, mas que não possuam patrimônio líquido compatível com a totalidade da licitação.

Isso compromete a lógica do parcelamento, frustra a competitividade e pode reduzir o número de propostas, em prejuízo direto ao interesse público.

3.4. Da natureza do sistema de registro de preços e da ausência de obrigação de contratação integral

Outro ponto essencial é que o procedimento se destina à formação de ata de registro de preços, e não à contratação imediata e obrigatória da totalidade dos medicamentos estimados.

O próprio Edital reconhece que o CIPLAM não está obrigado a contratar o objeto da licitação nem a adquirir as quantidades indicadas, sendo as quantidades estimativas de consumo anual.

A Lei nº 14.133/2021, ao disciplinar o sistema de registro de preços, também reforça essa lógica de contratação futura, eventual e conforme a necessidade administrativa. O art. 82 da Lei nº 14.133/2021 trata o registro de preços a partir da identificação da quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, o que confirma a natureza itemizada e estimativa do procedimento.



Portanto, exigir patrimônio líquido mínimo calculado sobre o valor total de todos os itens equivaleria a presumir que cada licitante assumirá a obrigação integral de fornecimento de todos os medicamentos, o que não corresponde à estrutura real do certame.

3.5. Da restrição indevida à competitividade e da violação aos objetivos da licitação

O art. 11 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o processo licitatório tem por objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e garantir justa competição.

A exigência impugnada, caso interpretada com base no valor global do certame, compromete esses objetivos.

Isso porque fornecedores economicamente capazes de atender determinados itens, inclusive com regularidade sanitária, experiência no fornecimento de medicamentos e estrutura logística compatível, poderiam ser indevidamente afastados apenas por não possuírem patrimônio líquido equivalente a aproximadamente R\$ 25,4 milhões.

Tal cenário não protege a Administração. Ao contrário, reduz a competição, concentra o certame em poucas empresas de grande porte, diminui a disputa de preços e pode elevar o custo final das aquisições.

A exigência econômico-financeira deve servir como instrumento de segurança contratual, e não como barreira artificial de acesso ao certame.

3.6. Da necessidade de interpretação conforme o art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021

A interpretação adequada do item 11.3.3.II deve ser a seguinte:

Quando a licitação for dividida em itens ou lotes, a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% deve ser calculada sobre o valor

estimado do item ou do conjunto de itens/lotos para os quais a licitante for declarada vencedora.

Essa solução preserva a finalidade do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021, pois mantém a exigência de capacidade econômico-financeira proporcional ao risco contratual efetivo.

Também preserva o interesse público, pois permite que a Administração exija robustez financeira compatível com as obrigações que serão concretamente assumidas, sem eliminar indevidamente fornecedores aptos a atender parcelas específicas do objeto.

Caso a Administração entenda necessário aferir a capacidade financeira de licitantes vencedoras em múltiplos itens, a solução proporcional é considerar o somatório dos valores estimados dos itens efetivamente vencidos por cada licitante, e não o valor global de todo o certame.

3.7. Da necessidade de correção expressa do edital

A ausência de clareza do item 11.3.3.II gera risco concreto de inabilitação indevida, insegurança jurídica e futura judicialização ou representação perante órgãos de controle.

Não basta que a Administração, internamente, pretenda aplicar a exigência de forma proporcional. É necessário que tal interpretação conste expressamente do Edital ou, ao menos, de resposta formal com efeito vinculante, a fim de garantir igualdade de informações a todos os interessados.

A redação atual permite leitura restritiva. Por isso, recomenda-se a retificação do item 11.3.3.II, para que passe a constar de forma clara que a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo será aferida proporcionalmente ao valor dos itens/lotos efetivamente vencidos pela licitante.



Sugere-se a seguinte redação:

11.3.3.II. Deverá a licitante vencedora comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado do item, lote ou conjunto de itens/lotos para os quais for declarada vencedora, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021, vedada a aferição da exigência sobre o valor global estimado do certame quando a licitante não disputar ou não vencer a totalidade do objeto.

Subsidiariamente, caso não se promova a alteração textual do Edital, requer-se que a Administração responda expressamente que, para fins de habilitação econômico-financeira, a exigência será calculada apenas sobre o valor dos itens/lotos vencidos pela respectiva licitante.

3.8. Do enfrentamento antecipado de eventual argumento contrário

Poder-se-ia sustentar que o art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação.

Todavia, essa autorização não resolve a controvérsia. O ponto discutido não é a existência da faculdade legal, mas a definição correta da base de cálculo.

Em licitação por item, a contratação não corresponde ao valor global do procedimento, mas ao valor da obrigação efetivamente assumida por cada licitante vencedora.

Também não procede eventual argumento de que o valor global deve ser utilizado porque o objeto integra um único edital. A unidade formal do edital não transforma itens autônomos em uma contratação única e indivisível, sobretudo quando o critério de julgamento é menor preço por item e quando a Administração não está obrigada a adquirir a totalidade estimada.

Portanto, a interpretação proporcional não fragiliza a segurança da contratação. Ao contrário, torna a exigência juridicamente sustentável, pois a vincula ao risco real assumido por cada fornecedor.

4. PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a)** o conhecimento e acolhimento da presente impugnação, por ser tempestiva e juridicamente pertinente;
- b)** a retificação do item 11.3.3.II do Edital, para esclarecer que a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% deverá ser calculada sobre o valor estimado do item, lote ou conjunto de itens/lotos efetivamente vencidos pela licitante, e não sobre o valor global total estimado do certame;
- c)** subsidiariamente, caso não seja promovida a retificação formal do Edital, que seja emitida resposta expressa, clara e vinculante, confirmando que a exigência de qualificação econômico-financeira será aferida proporcionalmente ao valor dos itens/lotos cotados ou vencidos pela licitante;
- d)** caso a Administração entenda pela manutenção da redação atual, que apresente justificativa técnica específica, motivada e documentada, demonstrando por que seria necessário exigir de toda e qualquer licitante, ainda que vencedora de apenas um ou poucos itens, patrimônio líquido ou capital mínimo calculado sobre o valor global estimado de R\$ 253.949.069,75;
- e)** sendo acolhida a impugnação com alteração do instrumento convocatório, que seja observada a necessidade de divulgação da alteração e, se houver impacto na formulação das propostas, a redesignação da sessão pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do item 6.1.2 do Edital;



f) por fim, que a presente impugnação seja juntada aos autos do processo licitatório, com a respectiva decisão fundamentada e disponibilização aos interessados pelos meios oficiais do certame.

Termos em que, **pede deferimento.**

Pato Branco, datado e assinado digitalmente.

Randas Vogel
OAB/PR nº 78.191



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.470.877/0001-05, com sede na Rua Itacolomi, 365 - La Salle, Pato Branco - PR, 85.505-050.

OUTORGADOS: RANDAS JOSÉ TAJARIOL VOGEL, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 78.191, com escritório profissional situado na Avenida Brasil, nº 78 - Centro, em Pato Branco - PR.

PODERES: amplos, gerais e ilimitados para o foro em geral, com a Cláusula "*Ad judicia*", para defender os interesses dos Outorgantes, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, seguindo até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para confessar, desistir, renunciar direitos e ações, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, atuar em procedimentos administrativos, representar os Outorgantes perante repartições públicas federais, estaduais e municipais; podendo enfim praticar todos os atos necessários ao cabal cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes, sempre no interesse dos Outorgantes.

Pato Branco, datada e assinada digitalmente.

MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Outorgante